

apresenta como uma ordem social legítima em seus objetivos, eficaz em seus mecanismos e veraz em seus procedimentos.

O equilíbrio social é apresentado como fruto da interação e do *serviço* que deve existir entre as classes sociais. O serviço que os dominados prestam à sociedade resulta evidente na sua condição de explorados econômicos. Resulta mais complicado explicar qual é o tipo de serviço essencial que os dominadores prestam ao conjunto da sociedade enquanto condição de elite social dominante. Para legitimar sua condição de preeminência hierárquica, as diversas formas de elite social simbolizam seus *status* como um serviço de direção ou gestão, de conhecimento superior ou de administração eficaz, que eles têm capacidade de oferecer e que os dominados, dada sua inferioridade de conhecimento, sua falta de capacidade ou sua carência de habilidades, seriam incapazes de exercer. Este é um serviço imprescindível para um bom e correto funcionamento da sociedade. É um serviço menos tangível que o trabalho físico ou braçal que comumente desenvolvem os dominados, porém é um serviço muito mais importante, mais imprescindível, mais insubstituível. Um serviço que só as pessoas da elite social, por estarem mais capacitadas, podem realizar⁸.

A dívida. A legitimação simbólica do poder se configura de forma mais compacta quando, além do símbolo do serviço, se introduz o símbolo de que os dominados estão em *dívida* com as classes dominantes. Dada a superioridade e a *transcendentalidade* do serviço prestado pelas classes dominantes ao conjunto da sociedade, reforça-se a convicção de que os dominados estão em dívida com as elites sociais. Elas são as que realmente viabilizam o ser de nossa sociedade; sem elas o caos imperaria, o atraso social seria muito maior e não teríamos alcançado o mínimo de progresso que temos, em resumo, nossa sociedade estaria abocada a uma maior ignorância e primitivismo. Por tanto, os dominados devem reconhecer que têm uma dívida real com a qualidade do serviço prestado pelas

⁸ A este respeito, resulta ilustrativa a anedota ocorrida quando Taylor, visitando uma das fábricas, foi questionado por um grupo de trabalhadores sobre as repercussões humanas e sociais dos métodos de produção por ele implementados, ao que ele respondeu: "Vocês são pagos para trabalhar, não para pensar; outras pessoas são pagas para pensar". Cf. FERRAROTI, Franco. Uma sociologia alternativa. Barcelona: Redondo, 1973, p.41.

elites sociais. O simbolismo da dívida reforça ainda mais a legitimidade da desigualdade social; ele institui como natural ou até benéfica a existência do abismo que separa os ricos dos pobres, os que sabem dos que não sabem, os que têm um poder estratégico central daqueles que estão na periferia do poder. O simbolismo da dívida confere um caráter de estabilidade à ordem social instituída, pois não é possível pensar na transformação dessa ordem em busca de uma maior igualdade social sem que imediatamente surja o fantasma do caos, da impossibilidade natural, da inevitabilidade da ordem constituída.

A inevitabilidade. Como conseguir dar estabilidade às relações sociais de desigualdade numa sociedade do saber impregnada pelo paradigma do naturalismo e do cientificismo? Para persuadir e estimular a aceitação e o consentimento do nosso modelo social, resulta imperioso mostrar sua racionalidade natural e sua veracidade científica. Esta é a função que cumpre a "descoberta" das leis naturais da sociedade, entre elas a racionalidade do mercado. O mercado é, pois, uma estrutura natural, com uma racionalidade própria. A sociedade deve descobrir as leis inerentes a sua racionalidade natural, deve conhecê-las em profundidade e criar técnicas para aplicá-las com eficácia. A racionalidade social legitima o simbolismo da inevitabilidade dos fatos. A sociedade é intrinsecamente competitiva e não se deve ousar mudar essa lei, sob pena de ir contra a natureza e criar um caos social. Nossa sociedade se apresenta regida pela racionalidade do mercado. Não é uma sociedade com mercado, mas uma sociedade do mercado.

A racionalidade do mercado evidencia que as leis darwinistas da seleção natural, com pequenas variações, são também as leis próprias da sociedade; estamos ante a legitimação do darwinismo social.

A racionalidade natural não deixa espaço para a criação sócio-histórica. Ela produz uma subjetividade dócil que aceita como verdades incontestáveis os mecanismos e estruturas de um modelo social mercantilizado. É deste modo que a maioria dos indivíduos se *asujeitam* docilmente a uma pretensa racionalidade do mercado é uma forma de construção simbólica que legitima e da coerência à rede de representações do nosso modelo pós-industrial de sociedade. A cosmovisão de uma sociedade possibilita ao imaginário social definir as

verdades e as práticas próprias de cada sujeito e dos diversos grupos sociais. A legitimação simbólica da ordem social é um complexo processo no qual se tecem discursos e práticas, de forma tensional e crítica, até ir confeccionando o modelo institucional maioritariamente aceito pelo conjunto da sociedade⁹.

3. O MITO E LEGITIMAÇÃO DO PODER

Quando a persuasão, implementada sob a forma de consentimento, se transforma num modo de força coativa? Eis uma questão crucial para compreender a eficácia dos atuais mecanismos e técnicas do poder.

O indivíduo pós-industrial neo-positivista não aceita os mitos tradicionais como explicação do mundo nem da sociedade, ele pretende, sem consegui-lo, sair do círculo hermenêutico-mítico para aceder a um mundo de objetividades empíricas. Na medida que a produção simbólica se expande na nossa sociedade, o conjunto de significações criadas se integram até constituir meta-relatos explicativos. Esses meta-relatos são modernas formas de constituir os mitos. O mito nada mais é do que uma construção simbólica coerente sobre uma determinada questão. O mito não necessariamente implica mentira, ele sempre envolve muitos fragmentos de verdades socialmente assumidas. O poder do mito está na sua potencialidade de integrar fragmentos de realidade num todo coerente e dar um sentido a algo que não se consegue explicar de outras formas. Muitas das teorias científicas ou “verdadeiras” possuem um componente mítico essencial a seu ser, embora elas não possam ser reduzidas a mero simbolismo

⁹ As diversas premiações oficiais constituem um dos principais instrumentos de legitimação social contemporâneo dos saberes. Seu objetivo principal é construir verdades e práticas coerentes com os objetivos do sistema. Os prêmios Nobel são um exemplo de como se realiza o processo de ritualização dos saberes até transformá-los em verdades. Uma amostra do voluntarismo inerente a estas premiações está no fato de que os prêmios Nobel de economia legitimaram, prioritariamente, aqueles saberes que corroboram a verdade do mercado como cerne natural constitutivo do ser da sociedade. Um fato que comprova a relação entre saber e poder constitui o fracasso estrondoso que aconteceu em 1998 com o mega-fundo de investimentos *Long Term Capital Management*. Este fato provocou a quebra econômica de muitos investidores e uma crise de credibilidade no próprio sistema financeiro americano. O paradoxal de tudo é que o fundo era gerido pelos prêmios Nobel de economia de 1997, Robert Merton e Myron Scholes. Eles receberam o prêmio em reconhecimento a seus trabalhos sobre a avaliação de derivados ou investimentos em opções. Talvez para compensar tão evidente manipulação dos saberes pelo poder, no ano de 1998 foi concedido o prêmio Nobel de economia a Amartya Sen, de origem indiana, por seus trabalhos sobre uma nova compreensão dos conceitos de miséria, fome, pobreza e bem-estar.

nem se esgotam no relato mítico. O mito, como forma simbólica, tem o poder de dar densidade e expandir uma explicação coerente da ordem social, isto é, sua legitimação: ele gera uma produção de subjetividades e provoca atitudes de aceitação e práticas de colaboração ativa mais ou menos incondicionais.

Mito da necessidade funcional. As potencialidades das formas de legitimação simbólica são amplas e se desdobram através de múltiplos mecanismos e técnicas. Um desses desdobramentos apresenta a existência das classes dominantes e das elites sociais como um benefício necessário para o conjunto da sociedade. A desigualdade social é metamorfoseada sob a forma de *diferenciação social natural*. A diferenciação social é vista como algo natural e benéfico para o conjunto do corpo social. Se não existisse uma diferenciação social, a sociedade no seu conjunto derivaria num caos impossível de administrar, pois não haveria distinção funcional. Os mais prejudicados por essa falta de funcionalidade social seriam os próprios dominados. Este é o denominado *mito da necessidade funcional*.

Mito da igualdade de oportunidades. Um outro mito, ou formação simbólica, comumente utilizado como argumento racional para legitimar a desigualdade e, conseqüentemente, a dominação social, é o chamado *mito da igualdade de oportunidades*.

A ética protestante, principalmente na sua versão calvinista, que durante os últimos séculos legitimou o espírito do capitalismo, justificava a riqueza como um sinal da bênção de Deus, e uma evidência pré-clara que antecipava a predestinação fatal de um futuro de salvação para a alma imortal. Pelo contrário, a pobreza era indício da maldição de Deus, da predestinação inevitável para o sofrimento e, presumivelmente, para o inferno. O rico, além da riqueza, ainda podia exibir-se socialmente como santo, enquanto o pobre, além da pobreza, ainda carregava os estigmas da condenação divina.

Atualmente o mito da ética protestante se encontra amplamente desconstruído e, conseqüentemente, perdeu o poder de legitimar as formas de poder e dominação nas sociedades pós-industriais.

O simbolismo de nossas sociedades não pode ser mais religioso, pois, de algum modo, estamos, também, numa sociedade pós-religiosa,

embora isso não signifique, como veremos posteriormente, a superação da dimensão transcendente do ser humano. O simbolismo legitimador da ordem social contemporânea tem que envolver pretensões de verdade científica, natural ou moral. Com esse fim argumenta-se que a superioridade social nada mais é do que o reflexo do maior empenho e esforço pessoal. O topo da pirâmide social é uma conquista individual, conseguida através de uma vida de trabalho e de dedicação, negado a quem não se esforça nem luta o suficiente; o lugar social da elite é uma recompensa merecida por saber arriscar-se e ser mais empreendedor que outros, que preferiram ficar comodamente instalados naquilo que já possuíam; é a coroação de uma maior capacidade e inteligência natural, ou adquirida, pelas longas horas consagradas ao trabalho e ao estudo. Aqueles que não chegaram ao êxito social mostram sua incapacidade, sua falta de empenho, sua preguiça mental ou real por superar-se.

O *status* de classe dominante, de superioridade hierárquica, de elite social, diz muito em favor das qualidades pessoais, do alto nível moral de quem ali está situado, enquanto a condição de excluído social ou de marginalizado econômico é o mero reflexo da sua incapacidade pessoal, de sua preguiça mental ou, pior ainda, da sua baixeza moral; pois sua condição de empobrecido, ou necessitado, indica que não quer esforçar-se, nem superar-se suficientemente na vida.

Mito da desigualdade natural. Não é só a força da argumentação racional que persuade as pessoas a aceitarem uma determinada ordem social, embora toda significação, para ser aceita socialmente, deve estar embrulhada numa teia de argumentações coerentes e convincentes. Porém, para conseguir a produção de subjetividades funcionais que promovam a integração eficaz dos indivíduos dentro de uma ordem e a aceitação explícita ou implícita dos seus mecanismos e instituições, a argumentação racional deve adquirir um poder simbólico, deve ter a potencialidade de constituir-se numa representação, plástica ou abstrata, que viabilize uma ampla penetração no imaginário social da maioria da coletividade.

As formas simbólicas, principalmente na coerência explicativa do mito, possibilitam uma persuasão abrangente e densa, inclusive uma

adesão incondicional ao sentido instituído. Elas apresentam-se com um sentido racional de totalidade, coerência, harmonia, verdade, naturalidade, transcendentalidade, etc. Estes sentidos as legitimam como representações, também, num símbolo, num mito.

É comum legitimar racionalmente, isto é, miticamente a desigualdade social, argumentando que existe uma desigualdade natural intrínseca entre os dominadores e os dominados; desigualdade que não tem raízes sociais, mas que, de algum modo, possui causalidade natural. A firma-se que a desigualdade social é natural, porque o resto das espécies animais organizam seus sistemas de convivência na base das hierarquias de poder entre dominadores e dominados. Esta é uma forma simbólica de darwinismo social que sustenta o *mito da desigualdade natural*¹⁰.

Resulta falso pensar que as representações simbólicas, que legitimam o poder, sejam uma construção cínica das classes dominantes para manter seus privilégios. Precisamente as representações simbólicas possuem uma poderosa eficácia social porque são compartilhadas como verdadeiras pelo conjunto da sociedade, tanto pelos dominadores quanto pelos dominados. Normalmente não existe uma hipocrisia epistemológica dos dominadores. Eles compartilham da crença comum na validade dos mecanismos legitimadores inerentes ao simbolismo legitimador do poder. Eles próprios, enquanto indivíduos sociais, também são subjetividades funcionais, produzidas pelos mecanismos do poder, só que eles ocupam um lugar estratégico privilegiado que lhes impele a conservar o modelo social que usufruem. A crença comum, de dominadores e dominados, no conjunto das representações, confere a seu universo simbólico o estatuto de verdade. Essa verdade,

¹⁰ Os estudos do naturalista russo Peter Kropotkin, contemporâneo de Darwin, mosreavam que não é a competição o fator decisivo na sobrevivência das espécies. Pelo contrário, sobreviveram as espécies que souberam construir formas de colaboração solidária e fortalecimento do grupo. Só as espécies que conseguiram estabelecer mecanismos de ajuda mútua se impuseram àquelas nas quais prevaleceu a mera competitividade entre os indivíduos. Resulta significativo que estes estudos foram, até hoje, abafados pela academia, ignorados pela sociedade, ocultados pelos meios de divulgação. Cf. KROPOTKIN, Peter. *Mutual Aid: A factor of Evolution*. Londres: Heinemann, 1902. Sobre o mito da natureza competitiva do ser humano, cf. MONTAGU, Ashley. *A natureza da agressividade humana*. Rio: Zahar, 1998.

socialmente aceita, reforça as subjetividades funcionais integradas no sistema. A legitimação da ordem social provoca um consentimento pessoal voluntário e uma adesão ativa ao *status quo*. Deste modo o simbolismo instituído atua com eficácia como forma de legitimação do poder social¹¹.

4. A CONSOLIDAÇÃO SIMBÓLICA DO PODER

O investimento na ordem. Na medida que uma ordem social se configura, ela se faz necessária. Isso implica a consolidação do conjunto de mecanismos de poder por ela constituídos e a afirmação da rede de significações que constroem a identidade social. Uma das formas simbólicas, ou dos sentidos sociais, que mais contribuem a reforçar uma determinada ordem social, é a necessidade de *investir* individualmente nos mecanismos que ela oferece, a fim de poder progredir internamente. Os dominados não só devem consentir com a ordem instituída, eles devem encontrar meios de investir dentro dela, com o objetivo de conseguir ascender numa escala de valores considerados importantes para eles. Os dominados investem esforço, energia, ideais, princípios, crenças, etc., para conseguir melhorar sua situação. Este mecanismo de investimento propicia uma certa flexibilidade social e cria a ilusão de que existem possibilidades reais de melhorar individualmente, sempre e quando se aceite e se invista plenamente nos mecanismos do sistema.

O simbolismo do investimento na ordem vigente opera como um mecanismo produtor de subjetividade funcional que aceita a naturalidade e até a bondade dos mecanismos competitivos do nosso sistema como meio de promoção pessoal. Os dominados, que investiram tantas esperanças na ordem instituída, se proclamam os maiores e mais ferrenhos defensores dessa ordem. Qualquer proposta de mudança é vista como uma ameaça a sua própria estabilidade individual, como um perigo para os investimentos que fizeram ao longo da sua vida¹².

¹¹ Maurice Godelier analisa as formas de legitimação do poder entre os So e os Incas, e como, de fato, articulam-se, nessa sociedade, o conjunto de representações comuns para legitimarem a divisão de classes e as relações de dominação. Cf. Idem. *O ideal e o material*. Madri: Taurus, 1990, p. 188-191.

¹² LECHNER, Norbert. *La conflictiva y nunca acabada construcción del orden deseado*. Madrid: CIS - Siglo XXI, 1986.

A forma simbólica do investimento na ordem ativa dos mecanismos da vida cotidiana, através das ações mais comuns e das opções mais vitais que apostam por integrar-se de um modo mais eficiente na lógica do sistema com o objetivo de progredir dentro dele. O investimento na compra de um terreno, na aquisição a prazo de um eletrodoméstico, na educação do filho, etc., significa, muitas vezes, um investimento na totalidade simbólica do sistema, na crença de que ele é bom, na ilusão de que as coisas estão melhorando ou que podem melhorar, etc¹³. Deste modo é produzida uma subjetividade adaptada aos princípios, valores e objetivos propostos por uma sociedade que se entende naturalmente competitiva.

5. O PODER ORDENADOR

A legitimação simbólica transforma os mecanismos de poder em ordem social. A ordem social implica uma ordenação das coisas, mas também das pessoas. Ela configura a subjetividade das pessoas segundo uma hierarquia de princípios, valores e sentidos da existência que se estruturam a partir de eixos ordenadores socialmente constituídos. Por isso, a ordem social ordena num duplo sentido da palavra: ela *organiza* numa hierarquia de sentidos o conjunto das relações sociais, e também *institui* o sujeito dentro dessa ordem, objetivando-o socialmente.

Um sujeito objetivado é um sujeito socializado (ordenado) por uma ordem social específica. A ordenação das relações sociais implica a formalização das relações de poder. Na medida que um sujeito se objetiva, ele vai aceitando a rede de representações de uma determinada ordem social. Os mecanismos de poder cooperam, de forma eficiente, na produção da subjetividade, na constituição da identidade social do sujeito e na consolidação da sociedade como um coletivo coerente.

O poder legitimador do símbolo transforma o exercício do poder social num *ordenamento*, no duplo sentido de *mandato e normatividade*. O poder ordena, isto é, cria a ordem. A ordem é legitimada pela aceitação social da rede simbólica na qual os mecanismos

¹³ POPITZ, Heinrich. "Prozesseder Machtbildung". In: Idem. *Recht und Staat*. Tubinga, 1968, p. 362-363.

de poder se transmutam. A ordem nada mais é do que uma forma institucionalizada de poder, legitimada socialmente através de um complexo conjunto de mecanismos e significações, de discursos e práticas.

Essa dupla função ordenadora do poder, como mandato e como normatividade, gera a possibilidade de exercê-lo numa dupla dimensão: como *poder que manda* e como *poder que normaliza*. O poder de mando se exerce de modo impositivo e até autoritário. É a forma de poder que centraliza seu exercício numa pessoa ou num grupo; ele gera súditos ou subordinados. Estes são coagidos a cumprirem as determinações que o poder de mando dita, devem prestar uma obediência e submissão explícita que, na maioria das vezes, reclama mecanismo de coação externos para a sua eficácia. Este tipo de poder de mando foi hegemônico na maioria das sociedades pré-modernas. Ele não foi superado pela metamorfose criativa; ele, porém, se manifesta de modo menos amplo e intenso nas nossas sociedades pós-industriais que se preconizam arautos da democracia.

O poder que normaliza, ou o *poder normalizador*, é exercido de modo muito mais sutil. Ele não se centraliza em alguém, mas se dispersa entre uma rede de mecanismos e técnicas; não se impõe como uma coação externa, mas se apresenta como um dever da consciência; não pretende coagir as pessoas, mas induzir vontades; não tem como objetivo oprimir os sujeitos, senão governá-los; não busca amedrontar pela repressão, mas adestrar pelo treinamento; sua finalidade não é criar súditos nem escravos, mas fabricar subjetividades funcionais; não se impõe como uma heteronomia autoritária, mas se aceita como um dever moral; não obriga pelo castigo físico, ele normaliza através da norma; não se exerce como opressão, mas se veicula como educação de valores e treinamento de hábitos. O poder normalizador busca o ajustamento dos indivíduos aos mecanismos sociais.

O poder de mando, devido ao despotismo que o caracteriza, arrebatava aos súditos sua força bruta de trabalho e os submetia servilmente, mas não conseguia a aceitação voluntária dos seus mecanismos. Submetia os corpos, mas não domina as vontades, nem fabrica subjetividades cooperantes. Por este motivo ele sempre está sustentado sobre um

ponto de instabilidade. Ele dificilmente consegue uma legitimação social abrangente. Não sendo um poder legitimado, gera uma multiplicidade de resistências, que minoram a eficácia e a qualidade da ação dos súditos.

O poder legitimador, pelo contrário, adentra as vontades “livres”, que se submetem e aceitam como legítimos os mecanismos socialmente instituídos; ele gera a cidadania formal típica da modernidade. Atribui igualdade teórica a todas as pessoas, oferece os mesmos direitos e deveres, cria uma essência humana racional e jurídica legalmente regulamentada. Através de um complexo conjunto de mecanismos como os até aqui estudados, o poder normalizador consegue fabricar cidadãos responsáveis, consumidores dóceis, alunos aplicados, pais e mães sacrificados, filhos obedientes, jovens flexíveis etc.

A eficácia do poder normalizador se manifesta na produção de subjetividades funcionais, e no alto nível de aceitação do sistema por parte dos indivíduos. Ele constitui a ordem social como a normalidade. Essa normalidade normatiza os indivíduos integrando-os socialmente através de mecanismos inconscientes de socialização. A normalidade institui a norma que define o que é normal dentro de uma ordem social. A norma normaliza as subjetividades através dos valores e comportamentos, que se consideram naturais ou racionais; ela institui uma ampla rede simbólica através da qual se define o que é normal. A teia simbólica da normalidade impregna e legitima o conjunto das instituições e estruturas de nossa sociedade, definindo-as como as instituições mais justas ou eficazes, os valores mais verdadeiros, os melhores mecanismos, as estruturas mais racionais ou naturais.

6. PODER E TRANSCENDÊNCIA

Com base no estudo comparado das diversas sociedades, podemos afirmar que a transcendência é um dos mecanismos simbólicos mais eficazes e potentes que existe para a legitimação de qualquer forma de poder.

As mais primitivas formas de socialização e de sociedades se organizam em torno ao simbolismo religioso, isto é, articularam-se a partir de alguma forma de poder transcendente. Eram sociedades cujo destino estava regido por um determinado deus. Sua estrutura política era essencialmente sacerdotal. Não existia uma diferenciação

entre o poder político e o religioso, entre o governante e o sacerdote. A simbiose era total porque o destino de toda a sociedade dependia de um poder heterônomo, cujo controle transcendia as possibilidades das vontades pessoais coletivas. A identificação entre a vontade de um deus particular e os destinos da sociedade *a-sujeitava* os indivíduos a decisões que emanam num além que não podiam compreender nem controlar. O único recurso possível era conhecer e adivinhar a vontade desse poder transcendente, a fim de tomar uma atitude obediente. O poder transcendente gera subjetividades submissas e dependentes.

Em tal situação surgem os especialistas em conhecer os desígnios desse poder transcendente, e transmiti-los ao conjunto da sociedade, para serem cumpridos. Esses especialistas têm um conhecimento e um contato especial com o poder transcendente que os indivíduos comuns não possuem. Eles são os sacerdotes, cuja missão principal consiste em intermediar entre o poder transcendente e as decisões históricas dos indivíduos e das sociedades ¹⁴.

Segundo consta, foi no terceiro milênio a.C., na Suméria, que se realizou a primeira divisão de poderes entre rei e sacerdotes. O governante passou a ser servidor de um deus particular, recebendo as influências dos sacerdotes e de suas interpretações, porém não era mais um deus que governava de modo direto os desígnios da sociedade. Agora alguém, politicamente legitimado, exercia esse poder. Essa diferenciação ocorrida num primeiro momento em todas as sociedades orientais e semitas e, posteriormente, no conjunto das sociedades indo-europeias, não ocorreu no Egito, onde se conservou até seus últimos momentos, século I a.C., a legitimação dos faraós como descendentes diretos dos deuses e, portanto, divindades historicamente encarnadas. Por este motivo seu poder resultava muito mais incontestável e a sociedade egípcia conseguiu manter uma estabilidade e uma durabilidade de mais de 3.000 anos, algo inédito em toda a história da humanidade.

O processo de deslegitimação do transcendente, como mecanismo

¹⁴ Para uma melhor compreensão da relação entre a transcendência e a constituição das identidades sociais cf. DUMEZIL, George, *Les dieux souverains des Indo-Européens*; Paris, Fallimard, 1977, e também BOURDIEU, Pierre, *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé d'une théorie de la pratique. Précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, Ginebra, Librairie Droz, 1972.

simbólico do poder, seguiu um longo processo nas nossas sociedades ocidentais. Seus últimos estertores foram dados na tentativa de legitimar a origem divina das monarquias absolutistas européias e, posteriormente, ao querer legitimar a eleição dos governantes como uma vontade de Deus, sintetizado na sentença: A vontade do povo é a vontade de Deus.

A intangibilidade do conhecimento. A modernidade, no seu processo irreversível de racionalização, deslegitimou a eficácia simbólica do religioso, e o trocou pela aceitação consensuada dos mecanismos de poder existentes. Com isso se pensou, ingenuamente, que a transcendência tinha sido definitivamente desconstruída enquanto significação simbólica, e com ela tinha sido varrida qualquer impregnância transcendente do poder.

A ingenuidade da racionalidade iluminista consiste em identificar, muitas vezes, transcendência como modo de religiosidade, sem perceber que, de modo inconsciente, a própria racionalidade se instituiu num simbolismo transcendente. A racionalidade histórica, os mecanismos lógicos das verdades naturais, as conclusões técnicas incontestáveis, as certezas morais cientificamente evidentes, são novos modos de transcendência. Eles se situam num além das vontades individuais ou coletiva, e se apresentam como novas formas simbólicas que transcendem a criação sócio-histórica.

Os serviços de direção, de gestão, de organização e de comando lidam com o imaterial, com o intangível: com o conhecimento. Numa sociedade do conhecimento, a intangibilidade do saber adquire muitas das características da transcendentalidade, que o religioso possuía nas sociedades tradicionais. Desde esta perspectiva, a nova elite do saber se “*re-veste*”, consciente ou inconscientemente, com a forma simbólica das tradicionais significações (vestes) do sacerdote. Ela lida com o novo universo do sagrado, com a transcendentalidade do saber

Os novos sacerdotes da racionalidade: da ciência, da técnica, da comunicação, da política ..., possuem o controle das forças indômitas da natureza e o conhecimento necessário para poder governar sociedades altamente complexas; só eles têm a potencialidade de conhecer racionalmente os mecanismos de governo, e de controlar as tecnologias necessárias para o governo da sociedade. Eles exercem a função de intermediários entre a sublimidade dos conhecimentos, inatingíveis para a maioria do povo, e as decisões técnicas e políticas,

que devem ser adotadas, a fim de conseguir uma implementação sócio-histórica correta dos saberes de vanguarda.

Numa pretensa atitude de serviço, eles caracterizam sua identidade social como sendo detentores exclusivos de um saber e de um poder que beneficiará ao conjunto da sociedade. O serviço que as classes dominantes prestam nas nossas sociedades é qualificado como inatingível para o comum dos indivíduos; deste modo eles se elevam sobre o conjunto da sociedade como neo-sacerdotes, que possuem um contato superior com as verdades do saber que a maioria das pessoas desconhecem. O poder simbólico do conhecimento identifica a elite do saber, que normalmente se equipara à elite do poder, ou está cooptada para seu serviço, como indivíduos necessários e insubstituíveis em cujas mãos está, de fato, o destino de nossa sociedade. Eles lidam com os imponderáveis do conhecimento complexo da natureza e da sociedade; eles conseguem domesticar as forças da natureza ou governar a complexidade de nossas sociedades com novas e formidáveis tecnologias.

Sendo detentores do saber, facilmente se lhes outorga também o poder da bondade. Considera-se que eles lidam com a verdade como algo socialmente neutro, e que seu conhecimento científico e técnico se aplica de modo geral para o bem da humanidade¹⁵.

Esta percepção da transcendentalidade do saber, do poder, e de seus representantes se dá sempre no terreno do conflito e do paradoxo, e sempre existe, de fato, uma contestação social a muitos dos seus postulados e práticas. Porém, também é certo que há uma aceitação social ampla e dócil das verdades fabricadas pelos neo-sacerdotes do poder.

Esta análise da relação entre a transcendência e poder não pretende reduzir a complexidade do fato religioso a uma forma de poder, nem diluir a riqueza da experiência humana transcendente em tecnologias de controle político. A experiência humana do transcendente extrapola qualquer análise unilateral, e impregna o conjunto das dimensões existenciais e sociais. Por isso mesmo, porque constitui uma dimensão irrenunciável da existência humana, a

transcendência se presta a todo tipo de uso e ab-uso. No nosso caso específico, pretendemos mostrar como, de fato, a transcendência, enquanto significação simbólica, constitui um dos principais mecanismos produtores de subjetividade e legitima eficazmente as diversas formas de poder social, inclusive nas nossas sociedades altamente racionalizadas e intensamente tecnificadas. Ao mesmo tempo afirmamos que o simbolismo da transcendência possui, também, o poder de des-legitimar a ordem instituída: ancorados no simbolismo da transcendência, também é possível constituir discursos e práticas transformadoras.

7. O PODER DO ANONIMATO.

Nas sociedades, com alto nível de tecnologia como as nossas, o poder se faz transcendente, entre outras formas, na medida em que se torna invisível ou anônimo. Nas sociedades tradicionais o poder se centralizava simbolicamente numa pessoa. A pessoa tinha de ritualizar constantemente seu *status* diferenciado; deveria visualizar o mais vastamente possível sua imagem no exercício do poder. A visibilidade e a ritualização ostensivas propiciam ao soberano a distinção-separação de seus súditos, que alcança seu momento culminante nas cerimônias de sagração. Isso lhe conferia uma aura de superioridade e lhe garantia ao assentimento social dos súditos no exercício do seu poder. Roupagens, cerimônias, desfiles, títulos nobiliários, coroas, cetros ..., formavam parte de um extenso conjunto de códigos, signos e rituais que convergiam no objetivo de legitimar simbolicamente a pessoa que exercia o poder.

Nas nossas sociedades o papel do rito continua sendo essencial para a conquista e manutenção dos espaços públicos de poder. Campanhas publicitárias, estudos de imagem, presença nos meios de comunicação, perfil do candidato, etc., constituem embrulhos imprescindíveis para a aceitação do produto político que pretende vender-se a uma clientela potencial chamada eleitorado; clientela que é por demais flexível, maleável e dúctil a modas e conjunturas, mas que também resulta exigente com o perfil do produto que pretende consumir. O importante é a imagem, a envoltura. O conteúdo fica, na maioria dos casos, num segundo plano.

Na nossa conjuntura, o clímax da ritualização do poder é

¹⁵ HABERMAS, Jürgen *Technik und Wissenschaft als 'ideologie'*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.

alcançado no signo moderno que substitui a sagração, isto é, na cerimônia oficial da tomada de posse dos cargos; uma pessoa empossada eleva-se, automaticamente, acima daqueles que ficaram na base, ou na periferia do seu cargo; o ato da posse transfere, *ipso facto*, um conjunto de prerrogativas, que os outros não possuem, e que antes da posse o indivíduo também não tinha.

No clímax do racionalismo tecnocrático, tinha-se a convicção de haver-se superado evolutivamente tanto o simbolismo quanto o ritualismo acendendo a um nível científico o neo-positivista de racionalidade onde a lógica evidenciava a nitidez empírica dos fatos e (de)monstrava as verdades objetivas que sustentavam o ser da sociedade. A ilusão do hiper-racionalismo e do cientificismo instituiu a própria razão como um símbolo transcendente. O símbolo, o mito e o rito não são níveis culturais pré-modernos que a razão iluminista pode superar. Eles constituem dimensões antropológicas e sociais inelutáveis que tecem, junto com a racionalidade, as práticas humanas, isto é, a constituição das subjetividades, a confecção das identidades e as práticas sociais.

Como vimos anteriormente, o poder de governo, a diferença do poder soberano, exerce, nas nossas sociedades, com o objetivo de produzir subjetividades funcionais. Ele não se manifesta de modo ostensivo, mas atua de forma anônima; não busca a submissão vertical ao soberano, mas procura a colaboração ativa das pessoas; não almeja o reconhecimento expresso da autoridade, pois persegue o adestramento das vontades para uma integração ativa dos indivíduos nos objetivos propostos. O poder de governo funciona de modo invisível, no sentido de que as pessoas são treinadas, educadas, informadas, legisladas, normalizadas pela “sociedade” para assumir uma atitude comportamental de assentimento ativo.

Isso não quer dizer que o poder de governo não possa ser criticado ou desconstruído. Porém, para a grande maioria das pessoas, ele forma parte de seu comportamento habitual, e está introjetado na sua maneira natural de ser, ao tempo que constitui o foco através do qual contemplam cotidianamente o mundo: todo o complexo de símbolos, mecanismos e tecnologias do poder de governo forma, em certa medida, parte dos próprios indivíduos porque esse complexo social atua como elemento produtor de subjetividades.

Porém é importante sublinhar que os mecanismos do poder não são os únicos elementos que interferem na construção do sujeito nem a subjetividade pode reduzir-se a um mero produto social. Existe um *sem fundo humano* que resulta irreduzível a qualquer tipo de produção social, e que possibilita a criação sócio-histórica.

O poder de governo das nossas sociedades circula através das resoluções burocráticas sem nome nem rosto. Ele se implementa nas determinações mercantis que movimentam as economias e que na maioria dos casos não têm nome próprio. É um poder anônimo que produz subjetividades através de campanhas publicitárias, mediáticas ou educativas, porém não mostra a identidade daqueles que confeccionam as campanhas, nem explicita os interesses estratégicos que as motivam. É um poder anônimo que circula nas decisões obscuras e impenetráveis das movimentações financeiras, que se veicula ao longo de todo o planeta através dos trepidantes movimentos informatizados, sem poder especificar os agentes que os provocam. São entidades, corporações, companhias, firmas, governos, instituições, marcas, atrás das quais se ocultam, invisivelmente, um conjunto de personalidades anônimas, possuidoras de um poder social estratégico incisivo, que lhes possibilita comandar influentemente as decisões políticas.

O anonimato e a invisibilidade de muitos dos mecanismos e tecnologias do poder de governo fazem dele algo desconhecido ou inacessível. As pessoas percebem que as grandes decisões do poder são tomadas em instâncias “supra-cotidianas”, as quais lhes resultam intangíveis. Os indivíduos sofrem as conseqüências sociais, porém resulta complexo demais entender quais são as instâncias últimas, os mecanismos, ou as pessoas realmente responsáveis pelas soluções mais influentes na sociedade. Na maioria dos casos, as subjetividades não se posicionam ante os complexos mecanismos contemporâneos de poder, de um modo autônomo e livre. Não tendo a autonomia de interferir de forma ativa, só resta a rebeldia cega, a submissão dócil ou a adaptação flexível às novas formas de poder transcendente.

Na perplexidade e na incompreensão dos mecanismos do poder, responsabiliza-se a determinadas personalidades públicas como sendo as verdadeiras detentoras do poder social; implementa-se a prática do “bode expiatório”, projetando-se sobre elas a culpabilidade de todos os fenômenos sociais. Enquanto isso, os mecanismos do poder de

governo, e as pessoas com maior poder estratégico, permanecem ativamente ocultos ou desconhecidos.

A complexidade, a globalização, o anonimato e a inacessibilidade dos mecanismos do poder e das instâncias decisórias aparecem como algo que transcende ou ultrapassa as capacidades pessoais de compreender e influir, de forma eficiente, nos mecanismos de poder. Eles parecem estar num novo universo do sagrado, num espaço real além do cotidiano dos indivíduos. A transcendências do sagrado, que parecia superada pela modernidade, reaparece sob a forma de um novo espaço de poder supra-cotidiano, onde uma minoria de pessoas, geralmente desconhecida, fazem de intermediários (neo-sacerdotes) entre os destinos da sociedade e os núcleos estratégicos do poder.

8. CONCLUSÃO

Não podemos afirmar que concluímos nossa reflexão, pois abrimos perspectivas demais, que necessitam ser complementadas e desenvolvidas mais amplamente. Mostramos que a estabilidade e a ampla aceitação social do nosso sistema se deve mais à imbricação que existe entre o simbolismo e os mecanismos de poder que à legitimidade política das argumentações teóricas consensuadas.

Os mecanismos de poder de nossas sociedades contemporâneas se legitimam através de um amplo espectro de construções simbólicas, que os fazem socialmente aceitáveis. Porém não podemos pensar que a imbricação que se produz entre o simbolismo e o poder se realiza de forma unilateral, e que tem como único objetivo alienar, dominar ou domesticar as pessoas. Essa imbricação é tensional, paradoxal, multi-direcional e polissêmica.

É tensional porque o simbolismo não existe, a não ser mediado pela racionalidade e vice-versa. Nossas sociedades do conhecimento têm produzido subjetividades ciosas de sua autonomia. Isso impossibilita a legitimação do poder, a não ser através de um mínimo de consenso argumentativo democrático. O discurso democrático faz socialmente aceitáveis os mecanismos e as tecnologias, que as modernas formas de poder de governo constituíram. Se não existisse um mínimo

de consenso social discursivo, a eficácia dos mecanismos de poder estaria ameaçada, pois eles seriam percebidos como uma imposição heterônoma. Porém não podemos cair na ingenuidade de pensar que o mero consenso argumentativo formal serve para produzir subjetividades funcionais, e provocar uma ampla aceitação social. Discursividade argumentativa e simbolismo co-existem implicados de forma tensional. Eles se entrelaçam de modo conflitivo no processo de constituição das subjetividades, na produção das identidades sociais e na execução das práticas sociais.

A implicação do simbolismo na configuração dos mecanismos sociais de poder resulta paradoxal porque, como mencionamos, o símbolo não só possui potencialidades para legitimar as formas de poder instituídas, senão que também tem possibilidades de desconstruir a ordem estabelecida. Mais ainda, qualquer tipo de transformação social passa por uma re-significação simbólica, que produz um novo universo de sentidos, e origina um conjunto de práticas, que se confrontam com aquelas que legitima o sistema social vigente. Toda prática leva inerente uma construção simbólica; ambas se implicam e cooperam na mútua gênese. A dimensão simbólica possibilita a criação de práticas, e, de concomitante, a práxis interfere fortemente no modo de ser das representações sociais. Simbolismo e práxis, representação e ação se entrelaçam tensionalmente de forma produtiva na transformação social. Como atua, de fato, o poder des-legitimador do simbólico? Este é tema que requer uma outra reflexão posterior.

A implicação entre simbolismo e poder é multi-direcional porque, se é verdade que os mecanismos e as tecnologias do poder são produtores de subjetividades, também podemos afirmar que a subjetividade resulta irreduzível ao poder. Existe um *sem fundo humano* que escapa aos mecanismos do poder; há um reduto da pessoa humana inatingível pelas tecnologias sócio-culturais. É precisamente esse *sem fundo humano* que possibilita a subjetividade transformar-se, de fato, em sujeito, e não num mero ator social. A diferença entre sujeito e ator é qualitativa; o sujeito cria, o ator atua; o sujeito transforma, o ator se adapta; o sujeito reage com autonomia, e o ator representa o papel com fidelidade.

As subjetividades funcionais são *a-sujeitadas* pelos-

mecanismos do poder até uma certo limite, além do qual a subjetividade *a-sujeitada* revela sua indestrutível potencialidade criadora, que lhe possibilita rebelar-se como sujeito produtor de si mesmo, co-construtor de sua identidade e impulsor da dinâmica social. Não podemos mais pensar num sujeito naturalmente livre, nem definido por uma essência imutável e a-histórica. Porém também não podemos submergir-nos no fatalismo da diluição total da subjetividade, como se a pessoa fosse uma mera resultante da intersecção de um complexo nó de circunstâncias, práticas e verdades.

O simbolismo atua de forma polissêmica, porque ao tempo que constitui as subjetividades funcionais, ele é re-significado de modo criativo, constituindo novos universos de sentidos, que transcendem aqueles impostos pelos mecanismos vigentes do poder estabelecido. O simbolismo coopera na objetivação do sujeito, mas também institui subjetividades criativas, e constitui as pessoas como sujeitos produtores de sentidos e inovadores de práxis sócio-política.

Por último, queremos deixar constatado que nossa análise sobre a legitimação simbólica do poder, nas nossas sociedades contemporâneas, não necessariamente implica uma valoração negativa de todos os mecanismos de poder, nem das formas de legitimação constituídas. Por exemplo, é impossível pensar a existência de um sujeito sócio-histórico sem processo de socialização; este processo só pode existir na medida em que se interioriza um universo simbólico específico como parte da identidade pessoal e social. Também é impossível pensar qualquer modo de sociedade, inclusive a mais radical forma de democracia, autogestão e autonomia social, senão é a partir da constituição de mecanismos de poder, geridos o mais coletiva e autonomamente possível, que, por sua vez, necessariamente, estão impregnados por significações simbólicas, que os legitimam socialmente, e possibilitam sua aceitação coletiva. Qualquer modo de sociedade alternativa sempre deverá conjugar a criação de mecanismos de poder, e seu modo de legitimação social. Legitimação que só poderá conseguir-se através da re-significação simbólica dos mecanismos do poder e da sua aceitação social.